

**COMPANHIA AGRICOLA CAUIÁ**  
CNPJ nº 61.083.002/0001-86

**Relatório da Administração**

Senhores Acionistas, em obediência às disposições estatutárias e às determinações legais que regem o funcionamento das sociedades por ações, subletores a apreciação dos Senhores Acionistas o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31.03.2026 acompanhados das Notas Explicativas. **Resultado do Exercício:** O lucro do exercício de R\$ 26.202.921,27 após a constituição da reserva legal de R\$ 1.310.146,06 e a reversão de reserva de

reavaliação reflexa em empresas controladas de R\$ 345.075,99, apurou-se um lucro final de R\$ 25.237.851,20. O dividendo mínimo obrigatório foi de R\$ 6.309.462,89. O saldo remanescente de lucros acumulados de R\$ 18.928.388,40 foram destinados para a reserva de lucros/reserva estatutária operacional. Todos os assuntos relacionados ao balanço, demais demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, demonstrações financeiras estas, devidamente auditadas

pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, serão discutidos na próxima Assembleia Geral dos Acionistas.

Jussara-PR, 13 de maio de 2026

**Conselho de Administração**

		Balanços patrimoniais (Em milhares de Reais)							Balanços patrimoniais (Em milhares de Reais)								
Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo Circulante	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo Circulante	Nota	Consolidado		Controladora	
		31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025			31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025			31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
<b>Circulante</b>																	
Caixa e equivalentes de caixa	7	74	658	1	-	Fornecedores	20	137.450	151.210	1	1	Empréstimos e financiamentos	21	443.295	374.132	-	-
Aplicações financeiras	7.1	1.094.343	789.118	79	157	Financiamentos - Cooperativa	23	302	303	-	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	24	2.030	437	-	-
Contas a receber de clientes	8	12.615	14.840	-	-	Passivos fiscais	24	20.743	18.065	-	-	Salários e encargos sociais	28	6.864	29.672	6.309	27.845
Contas correntes - Cooperativa	9	79.388	70.064	-	-	Dividendos a pagar	19	131.556	130.219	-	-	Parcerias agrícolas a pagar	28	131.556	130.219	-	-
Estoques	10	157.748	197.453	-	-	Outras obrigações	25	46.849	24.435	-	-	Outras obrigações	25	46.849	24.435	-	-
Ativo biológico	11	298.807	379.525	-	-	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>821.280</b>	<b>779.215</b>		<b>6.310</b>	<b>27.846</b>					
Impostos a recuperar	12	79.290	84.586	114	102	<b>Não Circulante</b>											
Outros créditos	13	22.046	18.356	6.348	27.886	Fornecedores	20	759	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	21	2.294.774	2.051.433	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.744.311</b>	<b>1.554.600</b>	<b>6.542</b>	<b>28.145</b>	Instrumentos financeiros derivativos	22	18.530	23.710	-	-	Financiamentos - Cooperativa	23	5.905	5.905	-	-
						Imposto de renda e contribuição social a pagar	24	14.915	14.915	-	-	Provisão para contingências	26	26.049	27.749	537	537
<b>Não circulante</b>						Passivos fiscais	24	1.306	1.527	-	-	Parcerias agrícolas a pagar	19	544.730	612.777	-	-
Aplicações financeiras	7.1	49.227	57.651	-	-	Tributos diferidos	14	172.350	181.750	6.108	6.108	Outras Obrigações	25	15.667	53.788	-	-
Contas a receber de clientes	8	15.675	17.455	-	-	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>3.094.985</b>	<b>2.973.554</b>		<b>6.645</b>	<b>6.645</b>					
Estoques	10	51.482	49.783	-	-	<b>Patrimônio líquido</b>	28										
Depósitos judiciais	12	22.070	23.775	367	367	Capital social		700.000	626.000	700.000	626.000	Reserva de reavaliação		114	459	114	459
Impostos a recuperar	12	15.525	22.579	-	-	Reserva de lucros		643.017	696.559	643.017	696.559	Reservas de lucros		643.017	696.559	643.017	696.559
Outros investimentos	15	3.929	3.929	-	-	Ajuste de avaliação patrimonial		(86.636)	(124.056)	(86.636)	(124.056)	<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>		<b>1.256.495</b>	<b>1.198.962</b>	<b>1.256.495</b>	<b>1.198.962</b>
Outros créditos	13	56	4.765	-	-	Participações de não controladores		73.905	71.203	-	-	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.330.400</b>	<b>1.270.165</b>	<b>1.256.495</b>	<b>1.198.962</b>
Instrumentos financeiros derivativos	22	145.574	65.579	-	-	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>5.246.664</b>	<b>5.022.934</b>	<b>1.269.449</b>	<b>1.233.453</b>						
Tributos diferidos	14	256.887	220.540	30	20												
Investimentos	16	177.574	137.821	1.262.510	1.204.921												
Propriedade para investimentos	17	130.350	103.455	-	-												
Imobilizado	18	1.945.791	2.001.098	-	-												
Direito de uso	19	652.226	723.691	-	-												
Intangível		35.987	36.213	-	-												
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.502.353</b>	<b>3.468.334</b>	<b>1.262.907</b>	<b>1.205.308</b>												
<b>Total do ativo</b>		<b>5.246.664</b>	<b>5.022.934</b>	<b>1.269.449</b>	<b>1.233.453</b>												

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de Reais)							Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de Reais)								
Nota	31 de março de 2026	Consolidado		Controladora		Nota	31 de março de 2026	Consolidado		Controladora		Nota	31 de março de 2026	Consolidado		Controladora	
		31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025			31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025						
Receita operacional líquida	30	1.796.807	1.636.092	-	-	Receita operacional líquida	30	1.796.807	1.636.092	-	-	Mudança de valor justo de ativo biológico	11	(36.689)	12.352	-	-
Mudança de valor justo de ativo biológico	11	(36.689)	12.352	-	-	Custo dos produtos vendidos	32	(1.410.599)	(1.197.032)	-	-	<b>Lucro bruto</b>		<b>349.519</b>	<b>451.412</b>	-	-
Custo dos produtos vendidos	32	(1.410.599)	(1.197.032)	-	-	Despesas administrativas e gerais	32	(97.499)	(112.307)	(56)	(60)	Despesas com vendas	32	(10.374)	(10.487)	-	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>349.519</b>	<b>451.412</b>	-	-	Outros resultados operacionais	31	64.033	59.093	-	(22)	Participação nos lucros de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	16	-	-	26.221	117.000
Despesas administrativas e gerais	32	(97.499)	(112.307)	(56)	(60)	<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras</b>		<b>305.679</b>	<b>387.712</b>	<b>26.165</b>	<b>116.918</b>	<b>líquidos e impostos</b>		<b>305.679</b>	<b>387.712</b>	<b>26.165</b>	<b>116.918</b>
Despesas com vendas	32	(10.374)	(10.487)	-	-	Receitas financeiras		127.841	103.854	28	30	Receitas financeiras		(484.935)	(363.429)	-	-
Outros resultados operacionais	31	64.033	59.093	-	(22)	Despesas financeiras		(357.094)	(258.575)	28	30	<b>Resultado financeiro líquido</b>	33	(357.094)	(258.575)	28	30
Participação nos lucros de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	16	-	-	26.221	117.000	Participação nos lucros de coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	16	51.345	27.852	-	-	<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(70)</b>	<b>155.989</b>	<b>26.193</b>	<b>116.948</b>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras</b>		<b>305.679</b>	<b>387.712</b>	<b>26.165</b>	<b>116.918</b>	Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(9.852)	(10.231)	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	37.649	(21.892)	10	4
Receitas financeiras		127.841	103.854	28	30	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	37.649	(21.892)	10	4	<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>27.727</b>	<b>123.866</b>	<b>26.203</b>	<b>116.952</b>
Despesas financeiras		(484.935)	(363.429)	-	-	<b>Resultado atribuído aos:</b>		<b>27.727</b>	<b>123.866</b>	<b>26.203</b>	<b>116.952</b>	Acionistas controladores		26.203	116.952	26.203	116.952
<b>Resultado financeiro líquido</b>	33	(357.094)	(258.575)	28	30	Acionistas não controladores		1.524	6.914	-	-	<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>27.727</b>	<b>123.866</b>	<b>26.203</b>	<b>116.952</b>
Participação nos lucros de coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	16	-	-	26.221	117.000	<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>27.727</b>	<b>123.866</b>	<b>26.203</b>	<b>116.952</b>						
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(70)</b>	<b>155.989</b>	<b>26.193</b>	<b>116.948</b>												
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(9.852)	(10.231)	-	-												
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	37.649	(21.892)	10	4												
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>27.727</b>	<b>123.866</b>	<b>26.203</b>	<b>116.952</b>												

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de Reais)							Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de Reais)								
Nota	31 de março de 2026	Consolidado		Controladora		Nota	31 de março de 2026	Consolidado		Controladora		Nota	31 de março de 2026	Consolidado		Controladora	
		31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025			31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025						
Outros resultados abrangentes		27.727	123.866	26.203	116.952	Outros resultados abrangentes		27.727	123.866	26.203	116.952	Ajuste valor justo instrumentos financeiros - hedge accounting		37.301	(27.284)	42.887	(14.411)
Ajuste valor justo instrumentos financeiros - hedge accounting		37.301	(27.284)	42.887	(14.411)	Tributos diferidos <i>si/hedge accounting</i>		6.097	12.021	-	-	Outros resultados abrangentes em controlada		(6.431)	(23.709)	(5.467)	(22.440)
Tributos diferidos <i>si/hedge accounting</i>		6.097	12.021	-	-	<b>Resultado abrangente total</b>		<b>66.694</b>	<b>84.894</b>	<b>63.623</b>	<b>80.101</b>	<b>Resultado abrangente atribuído para:</b>		<b>65.170</b>	<b>77.980</b>	<b>63.623</b>	<b>80.101</b>
Outros resultados abrangentes em controlada		(6.431)	(23.709)	(5.467)	(22.440)	Acionistas controladores		65.170	77.980	63.623	80.101	Acionistas não controladores		1.524	6.914	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>66.694</b>	<b>84.894</b>	<b>63.623</b>	<b>80.101</b>	<b>Resultado abrangente total</b>		<b>66.694</b>	<b>84.894</b>	<b>63.623</b>	<b>80.101</b>						
<b>Resultado abrangente atribuído para:</b>		<b>65.170</b>	<b>77.980</b>	<b>63.623</b>	<b>80.101</b>												
Acionistas controladores		65.170	77.980	63.623	80.101												
Acionistas não controladores		1.524	6.914	-	-												
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>66.694</b>	<b>84.894</b>	<b>63.623</b>	<b>80.101</b>												

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de Reais)							Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de março (Em milhares de Reais)								
Nota	31 de março de 2026	Consolidado		Controladora		Nota	31 de março de 2026	Consolidado		Controladora		Nota	31 de março de 2026	Consolidado		Controladora	
		31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025			31 de março de 2026	31 de março de 2025								

**\* continuação** Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026 da Companhia Agrícola Caiuá (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

derivativos, tais como contratos a termo ou swaps, são utilizados como hedge de valor justo, a Companhia pode designar apenas componentes específicos do risco, por exemplo, o risco de taxa de juros ou risco cambial) como objeto de proteção. Nesses casos, apenas as variações no valor justo relacionadas ao risco designado são consideradas para fins de mensuração da eficácia do hedge. Quando um instrumento de hedge vence, é liquidado ou deixa de atender aos critérios de contabilidade de hedge, a relação de hedge é descontinuada prospectivamente. O ajuste acumulado no valor contábil do item protegido permanece registrado e é apropriado ao resultado ao longo do prazo remanescente do instrumento, ou reconhecido imediatamente no resultado no caso de baixa ou liquidação antecipada do item protegido. Ineficácia do hedge: A eficácia de hedge é determinada no surgimento da relação de hedge e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge. O Grupo contrata swaps de taxa de juros com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. A ineficácia do hedge de swaps de taxa de juros é avaliada constantemente. Ela pode ocorrer devido, por exemplo, ao ajuste do valor das credições de débito nos swaps de taxa de juros que não é igualado pelo empréstimo; e a diferenças nos termos essenciais entre os swaps de taxa de juros e os empréstimos. **Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** O Grupo adota hedge accounting de valor justo para seus contratos de swap de taxas de juros atrelados a contratos de empréstimo, financiamentos e debêntures. A contratação dos swaps tem como finalidade converter a exposição econômica dos passivos pré-fixados e indexados ao IPCA em exposição pós-fixada atrelada ao CDI, reduzindo a volatilidade do valor justo do passivo protegido e assegurando o alinhamento econômico entre o instrumento de hedge e o item designado. As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado como "resultado financeiro". Da mesma forma, as variações no valor justo do item protegido, atribuíveis ao risco objeto de hedge, também são reconhecidas no resultado, ajustando o valor contábil do respectivo ativo ou passivo. Em 31 de março de 2026 os instrumentos estão mensurados ao valor justo por meio de resultados. **d. Capital social - Controladora:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme determinado em estatuto são reconhecidos como passivo. **e. Ativos Intangíveis: Agio:** O agio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **f. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o consumo econômico futuro incorrido nos ativos. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e suas controladas irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As taxas médias anuais para o período corrente são as seguintes:

	Média ponderada	Consolidado
Equipamentos agrícolas	8%	
Construções e instalações	2%	
Equipamentos de escritório	6%	
Equipamentos de transporte	4%	
Equipamentos técnicos	11%	
Placas portadoras	15%	

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **g. Propriedade para investimento:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença: entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como receita pelo método: linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como partes integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como receita operacional. **h. Parcerias agrícolas e arrendamentos:** Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são reconhecidos como passivos e ativos ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir; • pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na aquisição, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber); • pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; • pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Para determinar a taxa incremental de empréstimo, o Grupo • sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido; • usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pelo Grupo, sem financiamento recente com terceiros; e • faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo. O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de longo prazo mensurados ao custo, de acordo com o método de custo, são depreciados mensuração inicial do passivo de arrendamento; • quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • quaisquer custos diretos iniciais; e • custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas pelo Grupo, se o prazo do arrendamento não for reconhecido pelo arrendador. **I. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazer-las às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. Os imóveis a comercializar são avaliados ao custo de aquisição. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidos das despesas com vendas. A Companhia e suas controladas realizam anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como manutenção industrial e amortizados ao longo da safra de descolhe. Riscos de crédito de descolhe (CBIOS), o reconhecimento inicial é o valor justo menos despesas de venda. Após o reconhecimento inicial o CBIOS passa a seguir o CPC 16 de estoques, com avaliação de impairment desse ativo caso o valor de mercado (bolsa) reduza. O valor nesse caso sofre ajuste apenas para baixo, se o valor de mercado sobe o CBIOS não aumenta de valor nos estoques. **J. Redução ao valor recuperável (impairment):** **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de agio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O agio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação de negócios. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer agio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao agio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **K. Investimentos:** O investimento na entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição da participação societária. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das coligadas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mudanças do patrimônio líquido. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Quando ocorre perda de reconhecimento de participação societária, a Companhia reconhece o investimento a valor justo. O investimento mantido na Copersucar S.A., na Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, na Vale do Paraná S/A - Alcool e Açúcar, na Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., na Melhoramentos Bioenergia Ltda, na Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda. e na UTE Vale do Paraná Albioma S/A, são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Companhia conforme demonstrado na Nota 16. **L. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte. **m. Benefícios a empregados: (i) Plano de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) que não terá nenhuma obrigação sobre a construção de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições e o plano de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. **(ii) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **n. Provisão de indenização:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia possui obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais, se estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **o. Receita operacional: Venda de produtos:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. As receitas de vendas de etanol são reconhecidas no resultado do exercício baseado na participação, determinada de acordo com a produção do Grupo em relação às outras coperasucas, em conformidade com as definições contábeis do Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1996, que refletem as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Venda de imóveis:** A receita compreendida o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades das controladas Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das

devoluções, dos abatimentos e dos descontos. As controladas Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda. reconhecem a receita quando cumprida todas as obrigações de desempenho, ou seja, quando de fato o imóvel está livre para ser utilizado pelo cliente e considera os termos do contrato e suas práticas de negócios usuais para determinar o preço da transação. As vendas a prazo são efetuadas com alienação fiduciária do imóvel, em caso de inadimplência esses imóveis retornam para a Empresa e a venda é cancelada. **p. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem empréstimos, liquidas de desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **q. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício correntes e diferidos, para a Controladora e suas controladas, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, 100% do lucro tributável anual para as atividades rurais e 30% do lucro tributável anual para as demais atividades. Para as Controladas Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., Melhoramentos Bioenergia Ltda., e Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda., o imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do "lucro presumido". Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento para as controladas Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda. Melhoramentos Bioenergia Ltda. e 32% e 12% para a controlada Melhoramentos Propriedades Agrícolas Ltda., acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Imposto de renda operacional à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240. Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável. Em 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224, que altera o regime de tributação do Lucro Presumido a partir de 1º de janeiro de 2026. A norma estabelece acréscimo de 10% nos percentuais de presunção sobre a parcela do faturamento anual que exceder R\$ 5.000, impactando a base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Considerando que o exercício social da Companhia e suas controladas compreende o período de abril de 2025 a março de 2026, os efeitos da referida alteração serão reconhecidos no último trimestre do exercício (janeiro a março de 2026), de forma prospectiva, não havendo impactos nos períodos anteriores. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **r. Aspectos ambientais:** As instalações da Companhia e suas controladas estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e suas controladas diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

**7. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2026
Caixa e depósitos bancários	1	169
Aplicações financeiras	73	489
	74	658

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos está apresentada na Nota Explicativa nº 29.

**7.1 Aplicações financeiras:**

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2026
Aplicações financeiras - Circulante	1.094.343	789.118
Aplicações financeiras - Não Circulante	49.227	57.651
	1.143.570	846.769

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2026
Fundos de Investimentos	1.003.711	706.889
Fundo de Investimentos Exclusivos	139.374	139.880
Renda Fixa	485	-
	1.143.570	846.769

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a Fundos de Investimentos e Títulos de Renda Fixa, apresentando uma remuneração média, até 31 de março de 2026, de 97,57% (95,75% em março de 2025). As aplicações de longo prazo referem-se a (i) Cotas de Fundos de Investimento mantidos em conta Escrow remunerados à taxa média de 97,90% (97,16% em março de 2025) da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e cujo receptor assegura o cumprimento de obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações firmado em Junho de 2022 no processo de aquisição de ações da Controlada Vale do Paraná S.A. Alcool e Açúcar e (ii) Cotas de Fundo Imobiliário, remunerados a taxa média de -0,22% a.a. (-0,32% a.a. em março de 2025).

**8. Contas a receber de clientes (Consolidado):**

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2026
Contas a receber de clientes no país	40.092	45.256
Perda esperada em crédito de liquidação duvidosa	(1.452)	(1.164)
Ajuste a Valor Presente	(10.350)	(11.797)
	28.290	32.295
Ativo Circulante	12.615	14.840
Ativo Não Circulante	15.675	17.455
	28.290	32.295

O saldo de contas a receber das controladas Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e Melhoramentos Desenvolvimento Imobiliário Ltda., referem-se à comercialização de imóveis com período de recebimento até 2042, classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. As controladas avaliaram e reconheceram o ajuste a valor presente com taxa de desconto negociada no momento da assinatura do contrato de venda. Abaixo demonstração do vencimento dos saldos a receber por ano de vencimento.

Ano de vencimento	31 de março de 2026	31 de março de 2025
2023	163	354
2024	152	585
2025	834	14.829
2026	11.205	6.113
2027	5.564	3.197
Acima 2027	11.824	8.381
	29.742	33.459

**14. Tributos diferidos: a. Natureza dos tributos diferidos:** Impostos diferidos de ativos e passivos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. A Companhia e suas controladas contabilizaram impostos diferidos sobre as seguintes diferenças temporárias e de bases:

	Consolidado	Ativo	Passivo	Líquido
	31 de março de 2026	31 de março de 2026	31 de março de 2026	31 de março de 2026
Provisão para contingências	7.733	8.085	-	8.085
Ativo biológico	-	-	(7.817)	(7.817)
Mudança de taxa de depreciação	-	-	(85.536)	(85.536)
Depreciação acelerada	-	-	(32.794)	(32.794)
Ajuste de avaliação a valor justo PPI e CBIOS	-	-	(26.861)	(26.861)
Reserva de reavaliação	-	52	(126)	52
Parcerias Agrícolas	38.077	34.142	-	38.077
Resultado não realizado com derivativos	-	2.568	(10.267)	(7.699)
Prejuízo fiscal - IRPJ (i)	154.389	127.730	-	154.389
Base negativa - CSLL (i)	55.538	45.939	-	55.538
Deságio de investimento	-	-	(6.108)	(6.108)
Outros	1.149	2.076	(13.286)	(9.565)
	256.887	220.540	(172.350)	84.536
Ativo não circulante	256.887	220.540	-	256.887
Passivo não circulante	-	-	(172.350)	(172.350)
	256.887	220.540	(172.350)	84.536

(i) Estimamos a realização nos próximos exercícios.

**Controladora**

	Ativo	Passivo	Impostos Diferidos	Líquido
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Deságio de investimento	-	-	(6.108)	(6.108)
Prejuízo fiscal - IRPJ	21	15	-	15
Base negativa - CSLL	30	20	-	9
	30	20	(6.108)	(6.078)
Ativo não circulante	30	20	-	30
Passivo não circulante	-	-	(6.108)	(6.108)
	30	20	(6.108)	(6.078)

**b. Composição do imposto de renda e contribuição social do resultado do exercício:**

	Consolidado	Resultado	Patrimônio Líquido	31 de março de 2025	Resultado	Patrimônio Líquido	31 de março de 2026
Provisão para contingências	31 de março de 2024	7.352	-	8.085	-	-	7.733
Ativo biológico	(16.092)	(4.199)	-	(20.291)	12.474	-	(7.817)
Mudança de taxa de depreciação	(52.680)	(17.760)	-	(70.440)	(15.096)	-	(85.536)
Depreciação acelerada	(38.818)	(4.360)	-	(43.178)	10.384	-	(32.794)
Ajuste de avaliação a valor justo PPI e CBIOS	(29.065)	7.290	-	(21.775)	(5.086)	-	(26.861)
Reserva de reavaliação	(126)	-	-	(126)	178	-	52
Parcerias Agrícolas	32.542	1.600	-	34.142	3.935	-	38.077
Resultado não realizado com derivativos	(19.720)	-	12.021	(7.699)	(398)	8.097	-
Deságio de investimento	(6.108)	-	-	(6.108)	-	-	(6.108)
Prejuízo fiscal - IRPJ	125.311	2.419	-	127.730	26.659	-	154.389
Base negativa - CSLL	45.110	829	-	45.939	9.599	-	55.538
Outros	917	(8.406)	-	(7.489)	(4.648)	-	(12.137)
	48.661	(21.892)	12.021	38.790	37.649	8.097	84.536

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e da contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	Controladora
	31 de março de 2026	31 de março de 2026
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(70)	116.948
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	24	(39.762)
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis para fins de imposto	(4.105)	(9)
Outras adições	(398)	(7)
Exclusões permanentes:		
Resultado de controladas por equivalência patrimonial	17.416	39.780
Receitas excluídas para fins de imposto	1.746	5.212
Efeito da alíquota do lucro presumido	7.811	10.037
Prejuízo fiscal	4.715	1
Outras exclusões	588	898
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.852)	(10.231)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.649	10
Total	27.797	10
Alíquota efetiva	0%	

**\*continuação** Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026 da Companhia Agrícola Caiúá (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Participação de ações/quotas	Quantidade		Patrimônio		Lucro ou Equivalência		
		Total de ativos	Total de passivos	Líquido	Recultas	Despesas	prejuízo	Patrimonial
<b>Controladora</b>								
<b>31 de março de 2025</b>								
Companhia Melhoramentos Norte do Paraná	94,40%	3.706	4.176.155	4.176.155	1.276.123	1.826.884	1.702.972	123.913
								117.000
								117.000
<b>31 de março de 2026</b>								
Companhia Melhoramentos Norte do Paraná	94,47%	3.707	4.413.518	4.413.518	1.336.414	1.354.149	1.326.404	27.745
								26.221
								26.221

Participação nos lucros de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

	31 de março de 2026	31 de março de 2025
	26.221	117.000

**Informação sobre os investimentos na Copersucar S.A.:** A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, sócias e que inclui a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e a Vale do Paraná SA - Alcool e Açúcar, gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização. **Informações sobre investimento na UTE Vale do Paraná Albioma S.A.:** A UTE Vale do Paraná Albioma S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil que atua no mercado de bioenergia. A controlada Vale do Paraná S/A - Alcool e Açúcar possui 60% do capital da UTE Vale do Paraná Albioma S.A. e não exerce gestão sobre a mesma. **17. Propriedade para investimentos:** Refere-se a diversos lotes urbanos e rurais, localizados em pontos estratégicos dos Municípios de Cianorte e Umuarama, Estado do Paraná, com objetivo de valorização do capital ao longo do tempo, passando a mensuração ser pelo seu valor justo, conforme parecer de avaliação a valor justo para fins de determinação dos ativos registrados como Propriedade para Investimentos, emitido por empresa especializada. Os lotes urbanos foram valorizados pelo método comparativo de dados de mercado e característicos. O critério adotado foi a comparação entre eventos similares localizados na mesma região onde se encontram os lotes em questão. Os valores apresentados representam o valor justo, que é o valor pela qual um ativo pode ser negociado.

**18. Imobilizado:**

	Equipamentos		
	Terras	Construções e instalações	Escritório
Saldos em 31 de março de 2024	22.833	98.123	5.040
Custo total	22.833	127.613	18.575
Depreciação acumulada	-	(29.490)	(13.535)
Saldos em 31 de março de 2024	22.833	98.123	5.040
Aquisições	-	102	3.646
Transferências	-	35.740	1.725
Baixas	-	(22)	(12)
Depreciação	-	(3.275)	(1.133)
Saldos em 31 de março de 2025	22.833	130.668	9.266
Custo total	22.833	163.433	23.934
Depreciação acumulada	-	(32.765)	(14.668)
Saldos em 31 de março de 2025	22.833	130.668	9.266
Aquisições	-	584	2.434
Transferências	-	13.863	976
Baixas	-	(178)	(23)
Depreciação	-	(3.695)	(1.686)
Saldos em 31 de março de 2026	22.833	141.242	10.967
Custo total	22.833	177.702	27.32
Depreciação acumulada	-	(36.460)	(16.355)
Saldos em 31 de março de 2026	22.833	141.242	10.967

**Garantias:** Os bens do ativo imobilizado da Controlada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná foram cedidos em garantia de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 27. **Análise do valor de recuperação:** De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia e suas controladas avaliaram em 31 de março de 2026 os indicativos e concluíram não haver necessidade de determinação do valor recuperável - teste de impairment. **Depreciação do período:** Do montante de R\$ 283.967 de depreciação do período da Companhia e suas controladas (R\$ 256.742 em março de 2025), R\$ 281.629 foi apropriado nos custos de produção (R\$ 254.695 em março de 2025) e R\$ 2.338 como despesas administrativas (R\$ 2.047 em março de 2025). **Capitalização de juros:** Para o exercício encerrado em março de 2026, foi contabilizado no ativo imobilizado da Companhia e suas controladas, o montante de R\$ 14.465 (R\$ 22.088 em março de 2025), referente a capitalização de juros sob aquisição de imobilizado. **Imobilizado em andamento:** Refere-se substancialmente a obras e melhorias realizadas no período de entressafra nas plantas industriais, em fase final de conclusão.

**19. Direito de uso (ativo) e parcerias agrícolas a pagar (passivo):** A movimentação do direito de uso foi a seguinte:

	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Saldo inicial	723.691	646.786
Adições por novos contratos	93.642	160.666
Atualização contratual	(32.554)	(45.743)
Depreciação	(132.553)	(129.505)
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>652.226</b>	<b>723.691</b>
Vida útil (anos)	12 anos	12 anos

A movimentação das parcerias agrícolas a pagar foi a seguinte:

	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Saldo inicial	1.032.143	(33.798)
Adição/compensação de adiantamentos	-	6.258
Adições por novos contratos	250.966	(90.300)
Atualização contratual	63.934	(18.190)
Pagamentos efetuados	(193.170)	-
Apropriação de encargos financeiros	-	68.371
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>1.153.873</b>	<b>(27.540)</b>
Adição/compensação de adiantamentos	-	(8.410)
Adições por novos contratos	156.262	(49.297)
Atualização contratual	(43.545)	(10.991)
Pagamentos efetuados	(185.228)	-
Apropriação de encargos financeiros	-	65.842
Baixas	(20.617)	7.293
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>1.060.744</b>	<b>(348.508)</b>

Os saldos estimados de parcerias agrícolas a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	31 de março de 2026	31 de março de 2025
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	131.556	-
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	168.506	-
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	140.649	-
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	114.403	-
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	82.239	-
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	67.665	-
A partir de 01/04/2032	(319.776)	-
(-) Ajuste a valor presente	(48.508)	-
	<b>676.286</b>	<b>676.286</b>

As contábeis chegaram às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustados à sua realidade econômica.

**Viência dos contratos**

	31 de março de 2026	31 de março de 2025
2 anos	15,79%	-
3 anos	16,42%	-
4 anos	16,14%	-
5 anos	16,74%	-
6 anos	16,36%	-
7 anos	16,32%	-
8 anos	16,56%	-
9 anos	16,06%	-
10 anos	16,95%	-
11 anos	16,79%	-
12 a 23 anos	16,50%	-

Conciliação da movimentação do fluxo de caixa decorrentes das atividades de financiamentos durante o exercício encerrado:

	31 de março de 2026	31 de março de 2025
<b>Consolidado</b>		
Empréstimos e financiamentos	2.425.565	599.324
Instrumentos financeiros derivativos - nota 22	(1.869)	-
Financiamentos - Cooperativa - nota 23	6.207	3.636
<b>Total</b>	<b>2.389.903</b>	<b>592.960</b>
	<b>(335.920)</b>	<b>(398.302)</b>
	<b>405.884</b>	<b>(37.293)</b>
	<b>2.034.817</b>	<b>574.647</b>
Empréstimos e financiamentos	(57.652)	-
Instrumentos financeiros derivativos - nota 22	6.877	6.603
Financiamentos - Cooperativa - nota 23	-	(7.228)
<b>Total</b>	<b>1.984.042</b>	<b>581.250</b>
	<b>(281.988)</b>	<b>(191.192)</b>
	<b>291.731</b>	<b>6.060</b>
	<b>2.389.903</b>	<b>2.389.903</b>

Para algumas operações financeiras contratadas pelas controladas, estão atreladas ao cumprimento de indicadores financeiros (covenants), conforme demonstrado na nota explicativa 29.

**22. Instrumentos financeiros derivativos:** Para mitigação dos efeitos inflacionários em operação de Debêntures, as controladas Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e Vale do Paraná S/A - Alcool e Açúcar, contrataram as seguintes operações de Swaps para troca de taxas e indexadores: (i) Swaps de Fluxo de Caixa, indexada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,45% a.a. em substituição à taxa de subscrição de emissão da Terceira taxa de subscrição de emissão da Terceira Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (ii) Swaps de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,77% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Quarta emissão de Debêntures Simples (CMNP14), com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,57% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 230.000 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 7 (sete) anos e 6 (seis) meses, e vencimento em 15 de junho de 2029. (iii) Swaps de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição de emissão da Terceira taxa de subscrição de emissão da Terceira Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (iv) Swaps de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,45% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Quinta emissão de Debêntures Simples (CMNP15) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 6,45% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 390.000 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 7 (sete) anos e 6 (seis) meses, e vencimento em 15 de agosto de 2030. (v) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (vi) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (vii) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (viii) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (ix) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (x) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xi) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xii) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xiii) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xiv) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xv) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xvi) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xvii) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xviii) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xix) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xx) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xxi) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xxii) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xxiii) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xxiv) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xxv) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xxvi) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xxvii) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xxviii) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xxix) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xxx) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xxxi) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terceira taxa de subscrição de emissão de Debêntures Simples (CMNP13 e CMNP23) com atualização monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 7,20% a.a. O objetivo do hedge é proteger o valor de R\$ 291,918 milhões da emissão de Debêntures quanto ao possível crescimento da inflação, medida pela variação do IPCA. O prazo de vigência da operação é de 6 (seis) anos e 7 (sete) dias, e vencimento em 15 de junho de 2032. (xxxii) Swap de Fluxo de Caixa, indexado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,42% a.a. em substituição à taxa de subscrição da Terce

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026 da Companhia Agrícola Caiuá (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Nota	Passivo financeiro pelo custo		Passivo financeiro ao valor justo	
		31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Fornecedores	20	138.209	-	138.209	151.210
Empréstimos e financiamentos	21	1.111.824	1.626.245	2.738.069	2.425.565
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	18.530	18.530	23.710
Financiamentos - Cooperativa	23	6.207	-	6.207	6.208
Parcerias agrícolas a pagar	19	676.286	-	676.286	742.996
Outras obrigações	25	62.516	-	62.516	78.223
		<u>1.995.042</u>	<u>1.644.775</u>	<u>3.639.817</u>	<u>3.427.912</u>

	Nota	Passivo financeiro pelo custo		Passivo financeiro ao valor justo	
		31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Fornecedores	20	138.208	-	138.208	151.210
Empréstimos e financiamentos	21	1.111.824	1.626.245	2.738.069	2.425.565
Financiamentos - Cooperativa	23	6.207	-	6.207	6.208
Parcerias e agrícolas a pagar	19	676.286	-	676.286	742.996
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	18.530	18.530	23.710
Outros créditos	25	62.515	-	62.515	24.435
		<u>1.995.040</u>	<u>1.664.775</u>	<u>3.639.815</u>	<u>3.374.123</u>

**Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Caixa e equivalentes de caixa	7.1	74	658	79	-
Aplicações financeiras		1.143.570	846.769	1	157
Contas a receber de clientes		28.290	32.295	-	-
Conta corrente Cooperativa		79.388	70.064	-	-
Outros créditos		22.102	23.121	6.348	27.886
		<u>1.273.424</u>	<u>972.907</u>	<u>6.428</u>	<u>28.043</u>

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco. **Riscos climáticos:** As plantações de cana-de-açúcar das controladas, estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios e outras forças da natureza. As controladas possuem processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde do canavial e análises de doenças e pragas do mesmo. **c. Análise de sensibilidade:** A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, principalmente decorrentes das variações das taxas de juros (CDI) e dos índices de inflação (IPCA). As aplicações financeiras estão substancialmente atreladas à variação do CDI, enquanto os empréstimos e financiamentos podem estar indexados tanto ao CDI quanto ao IPCA. Em 31 de março de 2026, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade considerando como cenário provável as projeções de mercado para o exercício de 2026, que indicam taxa de CDI de 13,00% ao ano e IPCA de 4,80% ao ano. No cenário alternativo considerou aumento de 25% nessas taxas, aplicado sobre os saldos de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. O quadro a seguir apresenta os efeitos das mudanças nos fatores de riscos de mercado relevantes aos quais suas controladas estão expostas:

Análise de sensibilidade - Consolidado	Saldo em 31/03/2026	Cenário I		Cenário II		
		Taxa	Incremento	Taxa	Incremento	
<b>Aplicações Financeiras</b>						
Aplicações Financeiras	CDI	1.143.643	13,00%	148.674	16,25%	185.842
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>						
Capital de Giro	CDI	1.279.448	15,21%	194.604	18,46%	236.186
FINAME	IPCA	224.818	11,68%	26.259	12,88%	28.957
Debêntures	IPCA	1.233.803	11,85%	146.206	13,05%	161.011
		<u>2.738.069</u>		<u>367.068</u>		<u>426.154</u>
<b>Efeito Líquido</b>		<u>1.594.426</u>		<u>218.395</u>		<u>240.312</u>

**Risco de taxa de juros:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor contábil	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
<b>Consolidado</b>		
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	74	658
Aplicações financeiras	1.143.570	846.769
Instrumentos financeiros derivativos	145.574	65.579
	<u>1.289.218</u>	<u>913.006</u>
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>		
<b>Passivos financeiros</b>		
Financiamentos bancários	2.738.069	2.425.565
Instrumentos financeiros derivativos	18.530	23.710
	<u>2.756.599</u>	<u>2.449.275</u>

<b>Conselho de Administração</b>	<b>A Diretoria</b>	<b>Contador: Alisson de Souza Brito - CRC: PR 049106/O-0</b>
----------------------------------	--------------------	--

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas da Companhia Agrícola Caiuá - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Agrícola Caiuá ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das

demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das

políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 13 de maio de 2026

**PWC**

**PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2PR008333/F-8

**Gabriel Perussolo**  
Contador CRC 1PR057146/O-0